

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Marcelo Casal - Agência Brasil



Criticado, o ex-governador ficou quieto

PL faz as pazes com Michelle e mantém plano Ciro Gomes

Como no sucesso de Jair Rodrigues do início dos anos 1960, o PL decidiu, na polêmica levantada por Michelle Bolsonaro, ficar na base do deixa que digam, que pensam, que falem.

A mulher de Jair Bolsonaro foi a público anunciar que discordava do apoio do partido a Ciro Gomes (agora no PSDB) para o governo do Ceará. Os três filhos mais velhos do ex-presidente reagiram, houve discussão e pedidos de desculpas. Mas, na prática, nada mudou.

Presidente do PL, Valdemar Costa Neto continua convencido de que o melhor é apoiar Ciro, que, por lá, não há espaço para o bolsonarismo ter um candidato que encarne o antipetismo como o ex-governador.

Na rota de Elizabeth Arden

Desancado por Michelle, o deputado federal André Fernandes, presidente do PL do Ceará, continuará a tocar o barco na direção de Ciro, mas sem fazer barulho. A situação está tão encaminhada que nem mesmo o explosivo pré-candidato respondeu, fingiu que não ouviu a bronca. Em 2018, para não dar declarações favoráveis a Fernando Haddad contra Bolsonaro, foi para Paris. Agora, está nos Estados Unidos.

O exemplo paulistano

A estratégia de trabalhar em silêncio repete, em linhas gerais, a adotada por Ricardo Nunes (MDB) na sua candidatura para prefeito de São Paulo.

A maior preocupação de sua campanha era impedir que o PL tivesse candidato próprio, o que dividiria os votos da direita e transformaria Bolsonaro em adversário.

Nunes tratou de levar a história em fogo brando, aceitou o vice imposto pelo ex-presidente, garantiu o tempo de TV do PL e ganhou a eleição. Passou sufoco com Pablo Marçal, mas chegou na frente.



FM

Motociclista expõe frase para desestimular assaltos

Aviso aos assaltantes

Alguns motociclistas do Rio que trabalham com entregas resolveram tentar desestimular os assaltantes que os abordam para roubar comida. Eles resolveram pintar no baú de suas motocicletas frase que procura desestimular os assaltos: afirmam que transportam ração, e não pizzas. Têm agora que torcer para que o pessoal do crime acredite.

Susto geral

Com a virada de mesa que deu nas regras do processo de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes conseguiu o que o então presidente Fernando Collor de Mello disse que faria com seu governo: deixou a direita indignada e a esquerda perplexa.

Heroísmo

Muita gente na oposição viu na canetada um jeito de beneficiar Jorge Messias, candidato do governo a uma vaga no STF. Advogado-Geral da União, ele, ainda na quarta, entrou com um pedido para que Gilmar reconsiderasse sua decisão. Se desse certo, ele posaria de herói diante dos senadores.

É pau, é pedra

O problema é que Gilmar respondeu com uma pedrada. Negou o pedido e ressaltou que o AGU não se manifestou nos autos e só mandou resposta dois meses depois de esgotado o prazo — no meio jurídico, perder prazo é pior que chutar a grama e perder pênalti em decisão de Copa do Mundo.

Acerto

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ) era um dos que apostavam em jogo combinado. Para ele, o trato só não deu certo por ter ficado muito evidente. O senador apresentou, esta semana, proposta de emenda constitucional que restringe o acesso STF a juízes de carreira, que passariam a ter, por um lá, um mandato fixo, de dez anos.

‘Vergonha’

Na avaliação de Portinho, o STF ficou distante da sociedade, tem conflitos com o Executivo e com o Legislativo e não representa nem mesmo o Judiciário. perdeu apoio da sociedade. “O STF é uma vergonha, tem que parar com esse negócio de amigo dos amigos”, diz, numa referência à indicação de ministros.

Ponto futuro

Ao ligar para Donald Trump e defender uma cooperação internacional para o combate ao crime organizado, Lula procurou demonstrar compromisso com a segurança pública e protocolou uma espécie de habeas corpus preventivo: quer evitar que a Casa Branca acuse o Brasil de colaborar com traficantes.



LDO deveria ter sido aprovada ainda no primeiro semestre

Após entraves, Congresso aprova a LDO de 2026

Com atraso, texto segue agora para sanção presidencial

Por Beatriz Matos

Salário mínimo

A LDO trabalha com o parâmetro de R\$ 1.627 para o salário mínimo em janeiro, valor que será fechado após a divulgação do IPCA de novembro. O limite total das despesas foi calculado em R\$ 2,43 trilhões, com crescimento real de 2,5%, dentro das regras do novo arcabouço fiscal.

O texto também prevê que, até 30 de junho, o governo deverá pagar 65% das emendas individuais e de bancadas, incluindo as transferências especiais, conhecidas como emendas PIX. Para o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Efraim Filho, a definição do calendário “acaba com a necessidade de acordos que sempre criam mais problema do que solução”.

Fundo eleitoral

Os parlamentares incluíram os fundos partidário e eleitoral entre as despesas que não podem ser contingenciadas. O fundo eleitoral, já definido pela CMO, será de R\$ 4,9 bilhões em 2026; o partidário, de R\$ 1 bilhão, com reajuste de 2,5%.

O texto também reduz de 105 para 100 dias o prazo para análise técnica das emendas individuais e retira a obrigatoriedade de que elas sejam aplicadas em obras inacabadas. E autoriza o uso de emendas coletivas em fundos de saúde para pagamento de pessoal.

Com atraso em relação ao calendário previsto, o Congresso Nacional aprovou nesta quinta-feira (4) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, que define o que o governo poderá arrecadar e gastar no próximo ano. A votação destrava o caminho para a análise da Lei Orçamentária Anual (LOA), prevista para a semana que vem.

O texto aprovado estabelece superávit de R\$ 34,3 bilhões, cerca de 0,25% do PIB, e autoriza o Executivo a recorrer ao limite inferior da meta, o déficit zero, caso a arrecadação não seja suficiente ao longo do ano. A discussão sobre o resultado fiscal dominou a análise da proposta.

O relator, deputado Gervásio Maia (PSB-MA), afirmou que a discussão sobre superávit ou déficit não avança sem que o Congresso enfrente a revisão dos benefícios fiscais.

Segundo ele, o país deixa de arrecadar cerca de R\$ 700 bilhões por ano com isenções.

“Algumas empresas já não deveriam receber esses incentivos. Quem anda com suas próprias pernas não precisa mais de recursos públicos”, disse o relator.

Ele defende que a revisão poderia liberar aproximadamente R\$ 20 bilhões a mais para investimentos.